

RTA-009-2019

**Cooperativa Central de Crédito do Estado
de São Paulo – Sicoob São Paulo**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o
relatório dos auditores independentes**

RTA-009-2019

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Ribeirão Preto SP, 28 de janeiro de 2019.

À

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo
Ribeirão Preto SP

Atenção do Senhor **Henrique Castilhanos Vilares**
Presidente

Prezados Senhores:

Encaminhamos as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente.

Moore Stephens Prisma Auditores e Consultores



Hélio Mazzi Júnior
Diretor

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10
1 Contexto operacional.....	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.	11
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa	15
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	16
5 Títulos e valores mobiliários	17
6 Outros créditos	18
7 Outros valores e bens	19
8 Investimentos	19
9 Imobilizado de uso	21
10 Intangível.....	21
11 Depósitos à prazo.....	21
12 Relações interfinanceiras.....	22
13 Outras obrigações	23
14 Patrimônio líquido	24
15 Dispêndios administrativos.....	26
16 Outros ingressos operacionais.....	26
17 Outros dispêndios operacionais	26
18 Partes relacionadas.....	27
19 Instrumentos financeiros.....	30
20 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos.....	30
21 Coobrigações e riscos em garantias prestadas	33
22 Seguros contratados	33

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo
Ribeirão Preto SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 19 de fevereiro de 2018, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 25 de janeiro de 2019.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior

CRC 1SP189107/O-3

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante		4.003.106	4.295.903	Circulante		4.157.177	4.405.532
Disponibilidades	3	24	63	Depósitos a prazo	11	3.979.450	4.258.430
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	3.857.622	4.179.201	Relações interfinanceiras	12	171.945	141.378
Títulos e valores mobiliários	5	134.759	116.398	Outras obrigações	13	5.782	5.724
Outros créditos	6	100	241				
Outros valores e bens	7	10.601	-	Não circulante		9.281	12.894
				Exigível a longo prazo			
Não circulante		419.968	364.815	Depósitos a prazo	11	-	210
Realizável a longo prazo				Outras obrigações	13	9.281	12.684
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	-	210				
Títulos e valores mobiliários	5	211.631	175.799	Patrimônio líquido	14	256.616	242.292
Outros créditos	6	790	7.300	Capital social		205.688	198.695
Outros valores e bens	7	1.517	1.517	Reserva legal		20.705	17.228
Investimentos	8	203.611	177.362	Reserva de contingência		20.487	22.254
Imobilizado de uso	9	2.417	2.621	Sobras acumuladas		9.736	4.115
Intangível	10	2	6				
Total do ativo		4.423.074	4.660.718	Total do passivo e patrimônio líquido		4.423.074	4.660.718

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2º semestre</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ingressos de intermediação financeira		151.415	292.910	457.995
Operações de crédito		-	4	52
Aplicações interfinanceiras de liquidez		139.625	268.347	427.632
Títulos e valores mobiliários		11.790	24.559	30.311
Dispêndios de intermediação financeira		(144.806)	(279.149)	(444.174)
Operações de captação no mercado		(144.806)	(279.149)	(444.174)
Resultado bruto de intermediação financeira		6.609	13.761	13.821
Outros ingressos (dispêndios) operacionais		(8.048)	(1.620)	(6.962)
Dispêndios com pessoal		(2.759)	(5.056)	(3.976)
Dispêndios administrativos	15	(2.121)	(4.119)	(2.963)
Dispêndios de depreciação e amortização		(119)	(238)	(224)
Resultado de participação societária	8	10.114	22.538	17.593
Outros ingressos operacionais	16	4.088	4.974	3.521
Outros dispêndios operacionais	17	(17.251)	(19.719)	(20.913)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital		(1.439)	12.141	6.859
Juros sobre o capital		13.032	13.032	15.772
Sobra líquida		11.593	25.173	22.631

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

	Capital social integralizado	Reserva legal	Reserva de contingência	Sobras acumuladas	Total
Em 1º de janeiro de 2017	195.816	16.199	20.882	9.062	241.959
Distribuição de sobras	-	-	-	(9.062)	(9.062)
Integralização de capital	2.879	-	-	-	2.879
Sobras líquida do exercício	-	-	-	22.631	22.631
Juros sobre o capital	-	-	-	(15.772)	(15.772)
Destinações estatutárias das sobras:					
Reserva legal (15%)	-	1.029	-	(1.029)	-
Reserva de contingência (20%)	-	-	1.372	(1.372)	-
FATES (5%)	-	-	-	(343)	(343)
Em 31 de dezembro de 2017	198.695	17.228	22.254	4.115	242.292
Aumento de capital com sobras	4.115	-	-	(4.115)	-
Integralização de capital	2.878	-	-	-	2.878
Utilização da reserva de contingência	-	-	(1.767)	1.767	-
Sobras líquida do exercício	-	-	-	25.173	25.173
Juros sobre o capital	-	-	-	(13.032)	(13.032)
Destinações estatutárias das sobras:					
Reserva legal (25%)	-	3.477	-	(3.477)	-
FATES (5%)	-	-	-	(695)	(695)
Em 31 de dezembro de 2018	205.688	20.705	20.487	9.736	256.616
Em 1º de julho de 2018	204.249	17.228	22.254	13.580	257.311
Integralização de capital	1.439	-	-	-	1.439
Utilização da reserva de contingência	-	-	(1.767)	1.767	-
Sobras líquida do semestre	-	-	-	11.593	11.593
Juros sobre o capital	-	-	-	(13.032)	(13.032)
Destinações estatutárias das sobras:					
Reserva legal (25%)	-	3.477	-	(3.477)	-
FATES (5%)	-	-	-	(695)	(695)
Em 31 de dezembro de 2018	205.688	20.705	20.487	9.736	256.616

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

	<u>2º semestre</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(256.908)	18.242	793.340
Sobra ajustada	1.598	2.879	5.062
Sobra líquida	11.593	25.173	22.631
Depreciação e amortização	119	238	(200)
Residual de baixas do ativo imobilizado	-	6	224
Resultado de participação societária	(10.114)	(22.538)	(17.593)
Variações nos ativos	44.992	268.026	905.513
Aplicações interfinanceiras de liquidez	56.646	288.172	915.682
Títulos e valores mobiliários	(5.227)	(16.196)	(7.126)
Outros ativos	(6.427)	(3.950)	(3.043)
Variações nos passivos	(303.498)	(252.663)	(117.235)
Depósitos	(321.256)	(279.190)	(112.364)
Relações interfinanceiras	21.579	30.567	(4.026)
Outras obrigações	(3.821)	(4.040)	(845)
Fluxos de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(126)	(3.747)	(2.963)
Aumento em investimentos	-	(19.830)	(17.915)
Dividendos recebidos	(114)	16.119	15.249
Aquisição de imobilizado de uso	(12)	(36)	(297)
Fluxos de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	(11.593)	(10.154)	(21.955)
Distribuição de sobras	-	-	(9.062)
Integralização de capital	1.439	2.878	2.879
Juros sobre o capital próprio	(13.032)	(13.032)	(15.772)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(268.627)	4.341	768.422
Caixa e equivalentes de caixa inicial	4.201.260	3.928.292	3.159.870
Caixa e equivalentes de caixa final (nota 3)	3.932.633	3.932.633	3.928.292

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo à organização em comum, e em maior escala, dos serviços econômicos e assistenciais de interesse de suas associadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução dos seus objetivos.

Sediada em Ribeirão Preto – SP, sua área de atuação abrange todo o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro e ao território de suas filiadas.

Tem sua constituição e o funcionamento regulamentado pela Resolução n.º 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação e é uma das acionistas majoritárias do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo (nota 18 a).

A Resolução CMN nº 4.151 de 30 de outubro de 2012 e a Circular nº 3.669 de 2 de outubro de 2013, requerem a apresentação de demonstrações financeiras combinadas para as cooperativas centrais de crédito a partir de junho de 2013, caso estas optem pela divulgação de tais informações. As demonstrações financeiras combinadas da cooperativa central de crédito serão apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras combinadas do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25 27 e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Cooperativa de continuar operando. Assim, as demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 25 de janeiro de 2019.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente no semestre e exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração das sobras

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento. As aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (nota 3).

b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BACEN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5 Investimentos

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Cooperativa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração das sobras e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Cooperativa. Quando a participação da Cooperativa nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do

investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Cooperativa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

b.6 Imobilizado de uso

Edificações, instalações, móveis e equipamentos de uso, veículos e sistemas de comunicação, de processamento de dados e segurança, são demonstrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na nota 9. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em receitas não operacionais, líquidas.

b.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

b.8 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

b.9 Depósitos à prazo e centralização financeira

Os depósitos a prazo e a centralização financeira são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os depósitos a prazo pós-fixados e a centralização financeira são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar.

b.10 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.11 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.12 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pelas administrações das cooperativas do Sistema quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. As administrações das cooperativas do Sistema revisam periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.13 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. Essa segregação considera a intenção da administração da Cooperativa na manutenção de ativos.

b.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social - 17%. A sobra apurada em operações realizadas com cooperados é isenta de tributação.

b.15 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução nº 3.604/2008 do BACEN (nota b.3).

Descrição	2018	2017
Disponibilidades	24	63
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	3.844.267	3.877.883
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	88.342	50.346
	3.932.633	3.928.292

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Modalidade	2018		2017	
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
LFT Compromissada BANCOOB	125.264	50.191	-	50.191
CDI – Pós-fixada	3.732.358	4.129.010	210	4.129.220
	3.857.622	4.179.201	210	4.179.411

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI e em Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT, efetuadas no BANCOOB (nota 18 a), com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI e 100% da SELIC respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 as aplicações interfinanceiras de liquidez classificadas no realizável a longo prazo têm sua realização prevista a partir do exercício de 2019, como segue:

Descrição	2017
2019	210
2020	-
	210

Foi registrado no exercício de 2018, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 268.347 (R\$ 427.632 em 2017).

5 Títulos e valores mobiliários

Modalidade	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	46.418	164.689	211.107	66.052	136.889	202.941
Certificados Tesouro Nacional – ECTN (ii)	-	46.942	46.942	-	38.910	38.910
Fundo Centralização Financeira (nota 3) (iii)	86.371	-	86.371	48.498	-	48.498
Fundo Renda Fixa (nota 3)	1.970	-	1.970	1.848	-	1.848
	134.759	211.631	346.390	116.398	175.799	292.197

- (i) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cuja remuneração é de, aproximadamente, 100% da taxa Selic.
- (ii) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional relativos às renegociações de operações de créditos assumidas de cooperativas associadas, com valor de face equivalente ao valor da dívida, atualizados a taxa de 12% ao ano mais IGP-M, devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, cujos vencimentos serão em 2020.
- (iii) Referem-se a aplicações no BANCOOB originadas de excedentes de caixa da conta movimento da Sicoob São Paulo e remuneradas por, aproximadamente, 95% do CDI.

Os demais títulos e valores mobiliários possuem remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2018, os títulos e valores mobiliários classificados no não circulante têm sua realização prevista a partir do exercício de 2020 (2017 - prevista para 2019), como segue:

Descrição	2018	2017
2019	-	43.609
2020	<u>211.631</u>	<u>132.190</u>
	<u>211.631</u>	<u>175.799</u>

Foi registrado no resultado do exercício de 2018, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 24.559 (R\$ 30.311 em 2017).

6 Outros créditos

Descrição	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos a funcionários	-	-	-	9	-	9
Depósitos judiciais (i)	-	790	790	-	4.127	4.127
Adiantamentos para futuro aumento de capital em controlada	-	-	-	-	3.173	3.173
Impostos e contribuições a compensar	13	-	13	-	-	-
Devedores diversos	87	-	87	232	-	232
	<u>100</u>	<u>790</u>	<u>890</u>	<u>241</u>	<u>7.300</u>	<u>7.541</u>

(i) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais para PIS e COFINS, atualizados até 31 de dezembro de 2018 pela taxa SELIC (nota 13 (ii)).

7 Outros valores e bens

Descrição	2018		2017
	Circulante	Não circulante	Não circulante
Bens não de uso próprio – imóvel (i)	-	1.517	1.517
Despesas antecipadas (ii)	10.601	-	-
	10.601	1.517	1.517

(i) Refere-se a imóveis recebidos de cooperativa ex-associada em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito.

(ii) Refere-se a antecipação ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob Confederação, a ser apropriado no decorrer de 2019 (nota 14 b.2).

8 Investimentos

Descrição	2018	2017
Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB	174.358	148.650
Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda. - SICOOB Confederação	28.912	28.485
Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – CONFEBRÁS	1	1
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa- CNAC	328	214
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora	12	12
	203.611	177.362

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos no 2º semestre e exercício:

	SICOOB				SICOOB	
	BANCOOB	Confederação	Confebrás	CNAC	Corretora	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	131.058	25.832	1	200	12	157.103
Recebimento de dividendos	(15.249)	-	-	-	-	(15.249)
Resultado de equivalência patrimonial	17.593	-	-	-	-	17.593
Aumento de investimentos	15.248	2.653	-	14	-	17.915
Saldos em 31 de dezembro de 2017	148.650	28.485	1	214	12	177.362
Saldos em 1º de janeiro de 2018	148.650	28.485	1	214	12	177.362
Recebimento de dividendos	(16.233)	-	-	-	-	(16.233)
Resultado de equivalência patrimonial	22.538	-	-	-	-	22.538
Aumento de investimentos	19.403	427	-	114	-	19.944
Saldos em 31 de dezembro de 2018	174.358	28.912	1	328	12	203.611
Saldos em 30 de junho de 2018	164.244	28.912	1	214	12	193.383
Recebimento de dividendos	-	-	-	114	-	114
Resultado de equivalência patrimonial	10.114	-	-	-	-	10.114
Saldos em 31 de dezembro de 2018	174.358	28.912	1	328	12	203.611

9 Imobilizado de uso

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação		2018	2017
			acumulada	Líquido	Líquido	
Edificações	4%	2.500	(524)	1.976	2.076	
Instalações	10%	20	(4)	16	9	
Móveis e equipamentos de uso	10%	385	(158)	227	244	
Sistema de comunicação	10%	61	(30)	31	36	
Sistema de processamento de dados	20%	579	(515)	64	115	
Veículos	20%	151	(53)	98	128	
Imobilizações em curso	-	5	-	5	13	
		3.701	(1.284)	2.417	2.621	

10 Intangível

Descrição	Taxa amortização	Custo	Amortização acumulada	2018	2017
				Líquido	Líquido
Licença de uso	10%	40	(38)	2	6
Softwares	50%	82	(82)	-	-
		122	(120)	2	6

11 Depósitos à prazo

a Composição do saldo

Descrição	2018		2017	
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Depósitos	3.979.450	4.258.430	210	4.258.640

Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. Abaixo a composição por prazo de vencimento:

Vencimento em dias	2018	2017
Até 30 dias	3.971.147	3.988.470
De 31 a 60 dias	-	27.359
De 61 a 90 dias	-	2.983
De 91 a 180 dias	5.360	192.277
De 181 a 360 dias	2.943	47.341
Acima 360 dias	-	210
	3.979.450	4.258.640

b Concentração de depósitos a prazo

	2018		2017	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	1.748.986	44	1.930.809	45
Dois maiores depositantes	2.231.241	56	2.432.541	57
Dez maiores depositantes	3.694.265	93	3.986.576	94

No exercício de 2018, foram registrados R\$ 279.149 (R\$ 444.174 em 2017) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

12 Relações interfinanceiras

a Composição do saldo

Descrição	2018	2017
Centralização financeira de cooperativas	171.945	141.378

A circular nº 3.238, de 17 de maio de 2004, emitida pelo Banco Central do Brasil, criou, no plano contábil das instituições financeiras – COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas singulares para o Sicoob São Paulo.

b Concentração da centralização financeira

	2018		2017	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	27.297	16	27.419	19
Dois maiores depositantes	49.176	29	45.826	32
Dez maiores depositantes	144.044	84	118.416	84

13 Outras obrigações

Descrição	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e Estatutárias:						
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	4.564	-	4.564	4.760	-	4.760
Gratificações a pagar	203	-	203	171	-	171
Cotas de capital a pagar	198	397	595	198	595	793
	<u>4.965</u>	<u>397</u>	<u>5.362</u>	<u>5.129</u>	<u>595</u>	<u>5.724</u>
Fiscais e Previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	179	-	179	160	-	160
Provisões tributárias (ii)	-	8.884	8.884	-	12.089	12.089
	<u>179</u>	<u>8.884</u>	<u>9.063</u>	<u>160</u>	<u>12.089</u>	<u>12.249</u>
Diversas:						
Provisão de férias, 13º salário e encargos	547	-	547	306	-	306
Outras	91	-	91	129	-	129
	<u>638</u>	<u>-</u>	<u>638</u>	<u>435</u>	<u>-</u>	<u>435</u>
	<u>5.782</u>	<u>9.281</u>	<u>15.063</u>	<u>5.724</u>	<u>12.684</u>	<u>18.408</u>

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 14 c).
- (ii) A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e também quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui parcialmente depósitos judiciais de R\$ 790 em 31 de dezembro de 2018 (2017 – R\$ 4.127). O período de apuração das autuações é de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Os saldos dos depósitos judiciais são corrigidos monetariamente. Os assessores jurídicos da Cooperativa, com base no mérito e nas provas, entendem que toda movimentação financeira de cooperativa de crédito constituiu ato cooperativo, de modo que não há base de incidência dos tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Cabe observar que há decisões judiciais favoráveis a outras cooperativas de crédito, em processos similares, em relação a COFINS e ao PIS, assim como, decisões favoráveis, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais “CARF”, quanto a não incidência do IRPJ e CSLL em sociedades cooperativas. Embora o cenário jurídico seja favorável à Cooperativa, os entendimentos jurídicos e por parte da Receita Federal do Brasil ainda não foram pacificados.

No decorrer do segundo semestre de 2018, a Cooperativa obteve êxito em um dos processos relacionados a COFINS. Em virtude do desfecho do processo, a Cooperativa reverteu a provisão ora constituída no montante de R\$ 3.420, bem como, os depósitos judiciais referentes ao processo. Portanto, em 31 de dezembro de 2018, a administração da Cooperativa optou em manter a provisão para contingências dos valores atualizados dos autos de infração de R\$ 8.884 (2017 – R\$ 12.089), julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas das ações em trâmite.

Conforme os assessores jurídicos da Cooperativa, não há outros processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2018.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

14 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independente do número de suas cotas na Cooperativa, exceto aquelas impedidas por desacordo estatutário.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Cooperativa contava com 16 associadas.

No exercício de 2018, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.993, com recursos provenientes da destinação das sobras do exercício de 2017 de R\$ 4.115 e com aporte de capital das cooperativas singulares associadas no montante de R\$ 2.878.

O capital social da Cooperativa é de R\$ 205.688 e de R\$ 198.695 em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente.

b Reserva de sobras

b.1 Reserva legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa. Na AGE realizada em 20/12/2018, o percentual de destinação foi alterado para 25% (15% em 2017).

b.2 Reserva de contingência

Constituída em exercícios anteriores a reserva de contingência é indivisível entre as cooperativas singulares associadas e é destinada para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em vinte de dezembro de 2018, foi deliberado pela retirada da reserva de contingência do Estatuto Social, bem como, foi deliberado pela utilização integral dos montantes constituídos até aquela data, que somavam a importância de R\$ 22.254, para cobertura das contribuições ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob Confederação.

c Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES

Possui a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 13 (i)). O percentual de destinação do FATES é de 5%.

d Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Cooperativa, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras dos exercícios sociais de 2017 e de 2016 foram aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 26 de abril de 2018 e 28 de abril de 2017, respectivamente.

15 Dispêndios administrativos

Descrição	2º Semestre	2018	2017
Processamento de dados	(17)	(42)	(88)
Propaganda, publicidade, promoções, seguros	(495)	(1.445)	(744)
Serviços técnicos especializados	(596)	(635)	(150)
Vigilância e segurança	(141)	(281)	(276)
Despesas de comunicações	(47)	(91)	(93)
Despesas com sistema cooperativista	(404)	(808)	(959)
Outras despesas administrativas	(421)	(817)	(653)
	(2.121)	(4.119)	(2.963)

16 Outros ingressos operacionais

Descrição	2º Semestre	2018	2017
Distribuição de sobras do Sicoob Confederação (nota 8)	-	427	2.653
Atualização monetária de depósito judicial	16	122	180
Dividendos recebidos da Sicoob Corretora	-	-	83
Comissões recebidas da Sicoob Corretora	7	14	9
Centro de Serviços Compartilhados – CSC	517	833	289
Reembolsos programa SIPAG	-	20	23
Remuneração do capital social junto a CNAC (nota 8)	114	114	14
Reversão de provisão para contingências	3.420	3.420	200
Recuperação de encargos e despesas	14	24	70
	4.088	4.974	3.521

17 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2º Semestre	2018	2017
Correção provisões passivas	(83)	(255)	(382)
Contribuição ao Fundo de Tecnologia da Informação (i)	(2.312)	(4.604)	(4.650)
Juros sobre o Capital	(13.032)	(13.032)	(15.772)
Perdas com ações judiciais trabalhistas	-	-	(44)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez Sicoob	(1.767)	(1.767)	-
Outros dispêndios operacionais	(57)	(61)	(65)
	(17.251)	(19.719)	(20.913)

(i) Referem-se à arrecadação mensal das cooperativas filiadas que utilizam o Sistema Sisbr, tendo como base o número de transações realizadas no mesmo. São destinadas ao Fundo para Investimentos do SICOOB, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do SICOOB Confederação de 9 de dezembro de 2015. Os recursos financeiros arrecadados são destinados ao pagamento de investimentos em tecnologia elegíveis a integrar o ativo imobilizado e o ativo intangível do SICOOB Confederação. O prazo de duração do Fundo é indeterminado e sua liquidação deverá ser deliberada por Assembleia Geral.

18 Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim descritas nos semestres:

a **BANCOOB**

O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICOOB Confederação. A Cooperativa mantém saldos de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários junto ao BANCOOB, nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

Conforme acordo de acionistas majoritários e controladores do BANCOOB, celebrado em 6 de dezembro de 2011 e 1º Termo Aditivo ao acordo de acionistas majoritários celebrado em 10 de fevereiro de 2015, o Sicoob São Paulo, junto a outras 6 cooperativas centrais de crédito (detentoras de 72,37% das ações ordinárias do BANCOOB), controlam em conjunto o BANCOOB e se comprometem a votar em bloco, de forma uniforme e permanente, em todas as matérias de competência da Assembleia (Geral e Especial), eleger a maioria dos administradores e usar efetivamente seu poder de controle comum para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos do BANCOOB.

Descrição	2018	2017
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	3.857.622	4.179.201
Títulos e valores mobiliários	86.371	48.498
Realizável a longo prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	-	210
Outros créditos	-	3.173
Investimentos (nota 8)	174.358	148.650
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	268.347	427.632
Títulos e valores mobiliários	3.304	4.909
Resultado de participação em controlada (nota 8)	22.538	17.593
Outros ingressos operacionais	20	23

b SICOOB Confederação

O SICOOB Confederação é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria. Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

Descrição	2018	2017
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 8)	28.912	28.485
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (nota 16)	427	2.653
Recuperação de encargos e despesas (nota 16)	6	-
Dispêndios		
Rateios de dispêndios do SICOOB Confederação (i)	(808)	(851)
Contribuição ao Fundo de Tecnologia da Informação (nota 17)	(4.604)	(4.650)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez	(1.767)	-

(i) Em 14 de dezembro de 2016, o SICOOB Confederação através da Resolução 179, instituiu a Política de Rateio de Despesas do SICOOB Confederação, com início de vigência para 1º de janeiro de 2017. De acordo com a política, as despesas a serem rateadas são classificadas em: a) tecnologia: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, processamentos de dados, pessoal terceirizado, comunicação, serviços técnicos, segurança e outras despesas; b) demais áreas: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, administrativas, alugueis e condomínios, comunicação, serviços técnicos e outras despesas.

c Cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau

O Sicoob São Paulo possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 16 cooperativas singulares filiadas ao Sicoob São Paulo. As cooperativas de crédito singulares do Sicoob São Paulo são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

Descrição	2018	2017
Principais saldos:		
Passivo		
Circulante		
Depósitos a prazo (nota 11)	3.979.450	4.258.430
Relações interfinanceiras (nota 12)	171.945	141.378
Não circulante		
Depósitos a prazo (nota 11)	-	210
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Centro de Serviços Compartilhados - CSC (nota 16)	833	289
Dispêndios		
Dispêndios com depósitos a prazo (nota 11)	-	(432.155)
Dispêndios de depósitos intercooperativos (nota 11)	-	(12.019)

d Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. – SICOOB Corretora

A Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelas cooperativas centrais do Sistema – Sicoob. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Descrição	2018	2017
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 8)	12	12
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (nota 16)	14	92

e Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração da Cooperativa inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no exercício de 2018, montaram a R\$ 479 (2017 - R\$ 456).

19 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, depósitos à prazo e relações interfinanceiras.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres.

20 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo SICOOB Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital. A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do SICOOB Confederação e a estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob. Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

a Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

b Riscos de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

c Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

d Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (SICOOB Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

e Risco socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

f Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. O SICOOB Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem. São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD). Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

21 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Cooperativa não é avalista de suas associadas em transações junto ao BANCOOB.

22 Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de veículos de propriedade da Cooperativa e seguro empresarial para cobrir eventuais sinistros relacionados ao imóvel no qual a Cooperativa está instalada.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante máximo da cobertura
Veículos	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais, corporais, mortes e invalidez	136
Imóvel	Incêndio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e outros	3.057

*** fim ***